



**ACÓRDÃO Nº1285/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº12275/2020.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Uarini.
- 4- **Exercício:** 2019.
- 5- **Responsável:** Marcelo Marreira Barbosa (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Enia Jessica da Silva Garcia Cunha - OAB/AM 10416, Antonio das Chagas Ferreira Batista - OAB/AM 4177, Patrícia Gomes de Abreu Caporazzi - OAB/AM 4447, Adrimar Freitas de Siqueira Repolho - OAB/AM 8243 e Eurismar Matos da Silva - OAB/AM 9221.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2600/2022-DIMP, Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Uarini. Exercício de 2019.

*Irregularidade. Multa. Recomendação.  
Determinação. Ciência. Arquivamento.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **por maioria**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

**10.1. Julgar irregular** a Prestação de Contas da Câmara Municipal de Uarini, referente ao exercício de 2019, tendo como responsável o Sr. **Marcelo Marreira Barbosa**, Presidente daquela Casa e Ordenador de Despesas, nos termos do art. 19, inciso, II c/c o art. 22, inciso III, alínea "b", da Lei Orgânica deste Tribunal de Contas nº 2.423/96 c/c o art. 11, inciso III, alínea "a", item 2, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, em razão das irregularidades indicadas na fundamentação deste Voto;

**10.2. Aplicar Multa** ao Sr. **Marcelo Marreira Barbosa**, Presidente da Câmara Municipal de Uarini e Ordenador de Despesas, no valor de **R\$ 1.706,80 (um mil, setecentos e seis reais e oitenta centavos)**, nos termos do art. 54, I "a", da Lei nº 2.423/96-TCE/AM, alterada pela Lei Complementar nº 204/2020-TCE/AM c/c art. 308, I, "a", da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, alterada pela Resolução nº 4/2018 – TCE/AM, perfazendo o montante de **R\$ 6.827,20 (seis mil, oitocentos e vinte e sete e vinte centavos)**, por cada mês (janeiro, fevereiro, março e dezembro/2019) de descumprimento do prazo na inserção dos dados contábeis, constante no



**ACÓRDÃO Nº1285/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

**item 10**, da fundamentação deste Voto e fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

- 10.3. Aplicar Multa** ao Sr. **Marcelo Marreira Barbosa**, Presidente da Câmara Municipal de Uarini e Ordenador de Despesas, no valor de R\$ **1.706,80 (um mil, setecentos e seis reais e oitenta centavos)**, conforme art. 54, I, “c”, da Lei nº 2.423/96-TCE/AM, alterada pela Lei Complementar nº 204/2020-TCE/AM c/c art. 308, inciso I, “c”, da Resolução nº. 04/2002-TCE/AM, pelo não envio do Relatório de Gestão Fiscal (1º e 2º semestres/2017), ao Sistema GEFIS, perfazendo o montante de R\$ **3.413,60 (três mil, quatrocentos e treze reais e sessenta centavos)**, conforme o **item 11**, da fundamentação deste Voto e fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com



**ACÓRDÃO Nº1285/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

**10.4. Aplicar Multa** ao Sr. **Marcelo Marreira Barbosa**, Presidente da Câmara Municipal de Uarini e Ordenador de Despesas, no valor de **R\$ 68.271,96 (sessenta e oito mil, duzentos e setenta e um reais e noventa e seis centavos)**, conforme os termos do art. 54, VI, da Lei nº 2.423/96, alterada pela Lei Complementar nº 204/2020-TCE/AM c/c art. 308, inciso VI, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, alterada pela Resolução nº 04/2018-TCE/AM, por atos praticados com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, pelas falhas indicadas nos **itens 12, 13, 14.1, 17.1, 18.1, 18.2, 19.1, 20.1, 20.2 e 20.3**, da fundamentação deste Voto e fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE". Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DEREDE autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

**10.5. Recomendar** à Câmara Municipal de Uarini que:

**10.5.1.** em busca de alinhar-se à recente decisão do STF, tome as medidas que entender cabíveis à realização de concurso público para provimento de cargo efetivo para controlador interno; (item 16, da fundamentação do Voto)

**10.5.2.** tome as providências cabíveis à realização de concurso público para o provimento dos cargos necessários à prestação dos serviços jurídicos e de contabilidade. (itens 18 e 19, da fundamentação do Voto)

**10.5.3.** providencie o efetivo controle do uso veicular, permitindo



**ACÓRDÃO Nº1285/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

apurar o cumprimento da finalidade pública dos deslocamentos. (item 20, da fundamentação do Voto)

**10.6. Determinar** à próxima Comissão de Inspeção que se foram tomadas medidas, no âmbito da Câmara Municipal de Uarini, a respeito da temática envolvendo veículos e consumo de combustível;

**10.7. Dar ciência** ao Sr. **Marcelo Marreira Barbosa**, Presidente da Câmara Municipal de Uarini e Ordenador de Despesas, acerca do teor da decisão;

**10.8. Arquivar** os autos após os prazos legais.

*Vencido o voto-vista Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos que votou por Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas Anual da Câmara Municipal de Uarini, dar quitação e determinação a origem.*

**11- Ata:** 28ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 2 de Agosto de 2022.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros:Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto e Luis Fabian Pereira Barbosa.

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dra.Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro-Presidente

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR**  
Conselheiro Relator

**FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA**  
Procuradora-Geral